

“Devorar e digerir o real para transmutá-lo no real do simbólico”: contribuições críticas sobre alimentação e neofascismo, uma mirada no contexto brasileiro

“Devouring and digesting the real in order to transmute it into the real of the symbolic”: critical contributions on food and neo-fascism, a look at the Brazilian context

Lúcia Dias da Silva Guerra

Centro Universitário Anhanguera (Brasil)

Resumo. A alimentação e a nutrição permitem refletir a luz de um olhar crítico: a ação humana e o modelo hegemônico de produção (capitalismo), e suas tramas simbólicas capazes de produzir uma servidão forçada. Este artigo busca construir um debate desde a América Latina e Caribe (ALC) para pensarmos a nossa realidade, especialmente, numa posição política que se atenta para o avanço do neofascismo na região, e ao mesmo tempo requer a organização coletiva para construirmos ações concretas que se oponham no campo da política, com a análise crítica deste fenômeno. O artigo se organiza em duas partes: a primeira expõe o autoritarismo como um sistema de liderança recorrente no Brasil e que tem implicações diretas nas questões alimentares; a segunda traz a relação entre alimentação e neofascismo no Brasil recente. Por fim, deixamos breves comentários para pensar caminhos que arregimentem força e produzam ações coletivas através de sujeitos revolucionários.

Palavras-chave: marxismo; fome; alimentos, dieta e nutrição; capitalismo; psicanálise.

Abstract. Food and nutrition allow us to reflect critically on human action and the hegemonic model of production (capitalism), and its symbolic plots capable of producing forced servitude. This article seeks to build a debate from Latin America and the Caribbean (LAC) in order to think about our reality, especially from a political position that is attentive to the advance of neo-fascism in the region, and at the same time requires collective organisation in order to build concrete actions that oppose it in the field of politics, with a critical analysis of this phenomenon. The article is organised in two parts: the first exposes authoritarianism as a recurring system of leadership in Brazil that has direct implications for food

issues; the second looks at the relationship between food and neo-fascism in recent times in Brazil. Finally, we leave brief comments on ways to harness strength and produce collective action through revolutionary subjects.

Keywords: marxism; hunger; diet, food, and nutrition; capitalism; psychoanalysis.

Introdução

A conjuntura do mundo, no momento (trans-pós)pandêmico em que vivemos, tem demonstrado como a alimentação, desde sua produção, acesso e consumo tem sido central na compreensão deste cenário de policrise do capitalismo – onde ocorrem diversas crises que se convergem e se interligam: econômica (inflação e recessão), ambiental (clima e pandemia) e a geopolítica (guerra e divisões internacionais) (Roberts, 2023), em que o vírus do capital (Pavón-Cuellar, 2021) e o agronegócio seguem de mãos dadas (Wallace, 2020). Desde a produção de patógenos virulentos advindos pelo modo de produção dos sistemas agroalimentares mundiais (Cieza, 2020; Carnut et al., 2020) até a falta de acesso à alimentação e nutrição adequadas, da destruição da natureza, das culturas alimentares até os usos políticos da fome (O Globo, 2019; Ipea, 2020), a alimentação tem tido um papel central neste debate. O ‘alimentar-se’ tem sido produtor e produto de ataques de diversas ordens (Paschoa, 2009), fato este que justifica um olhar crítico sobre a articulação entre a alimentação e o neofascismo a partir desta crise da sociabilidade do capital.

Na sociabilidade capitalista, o homem está separado dos meios de produção, onde não tem a terra, a enxada, nem mesmo o arado ou a floresta, tampouco o arco e a flecha. Assim, resta-lhe a força de trabalho com a qual poderá oferecer ao mercado capitalista sua força como elemento de troca para garantir mais uma das suas mercadorias: o ‘alimento-mercadoria’. É, nesse contexto, que o alimento se transforma em mercadoria e só pode ser obtido por meio de outra mercadoria: o dinheiro (Daniel & Cravo, 2005).

Não há dúvidas de que a alimentação e a nutrição humana são questões complexas, multidimensionais e, por certo, essenciais à vida. No entanto, isso tensiona como se deve pensar a alimentação não apenas no ato de ‘alimentar-se’, ou seja, como uma ‘frequência cotidiana’ de ingestão de alimentos em que cada ser vivo necessita de nutrientes e calorias, mas, também, a pensar como este ato se estrutura na e se enraíza pela construção do sistema produtivo de alimentos no modo de produção capitalista. É neste modo de produzir em que há a concentração dos meios de produção (quem produz o alimento não é quem o consome) e há o fetiche do incentivo ao consumo de ‘produtos alimentares’, a exemplo dos ultraprocessados (Esteve, 2017;) (o alimento-mercadoria das massas). É nesse modo de produção capitalista, que alimentos como arroz, milho, café, feijão, soja, cacau, açúcar, carnes e sucos de frutas transformaram-se em commodities e o foco central, em geral, sempre foi o mercado internacional privilegiando-

se a exportação desses produtos agrícolas e agropecuários (Pompeia, 2021) aos países de capitalismo imperialista.

O sistema capitalista está muito bem articulado, no qual a repressão e a exploração - “violência estrutural” (Zamora, 2018) - é tão efetiva que cria uma ilusão de liberdade para o sujeito (liberdade para escolher o que comer?), articulação esta que leva o sujeito a trabalhar e consumir sem perceber, assim sua forma de escravidão ganha a aparência de liberdade: o que é absolutamente necessário para que o capitalismo funcione e prospere ideologicamente.

Neste sentido, a aproximação fértil entre marxismo e psicanálise desde a perspectiva lacaniana, parece ser um caminho crítico interessante. Escolhemos esse recorte para compreender o fenômeno da alimentação e nutrição objetivando a ampliação e consolidação dos debates em torno dessas duas teorias. A partir disso, buscamos reunir autores comprometidos com esse debate e assim, juntos, alçamos trazer novos horizontes com essa articulação tão importante para a compreensão da sociedade contemporânea.

Enquanto houver capitalismo, Marx será sempre necessário, inclusive para compreender este momento histórico do capitalismo contemporâneo, por seu projeto político e também por seu método teórico e crítico. Nadir Lara Junior (2018), em sua resenha “A psicanálise Lacaniana Marxista: uma (pro)posição” extraída do livro de David Pavon-Cuéllar (2014) *Elementos políticos de marxismo Lacaniano*, destaca que:

Marx e Freud buscam a verdade, a paixão pela verdade e por sua revelação. No entanto, em vez da representação freudiana de um sistema que tende ao equilíbrio. Lacan elege a representação marxista de um sistema simbólico, artificial e cultural, buscando a equivalência entre os bens e os valores constitutivos da civilização. Na psicanálise de Lacan, Marx não é só e unicamente lembrado e mencionado, mas integrado, renovado, impulsionado e revitalizado. (Lara Junior, 2018, p. 129).

Como processo social, a alimentação está imbricada a ordem econômica, cultural, simbólica, sócio-histórica e política. Estas são construídas relacionadamente, mas também incidem diretamente nas variáveis biológicas e nutricionais que este fenômeno carrega (Daniel & Cravo, 2005). Apesar de algo elementar a vida humana, a alimentação tem se reconfigurado e adquirido novos contornos no contexto contemporâneo. No entanto, especialmente por dentro da ‘ciência da nutrição’ observa-se que ela ainda enfatiza e norteia a produção do conhecimento para entender apenas a interação ‘alimento-organismo’, ou ainda, como os nutrientes agem e o seu aproveitamento biológico. Este fato de focar apenas nos estudos sobre os alimentos-fontes, os grupos de alimentos, mantendo a centralidade no nutriente, a rigor, é um nutricionismo (Scrinis, 2021).

Nesta esteira, desconhece-se e, por vezes, nega-se as bases teóricas e metodológicas construídas por Marx e Engels para o

pensamento e prática de outro modo de vida em sociedade que transcende a sociabilidade do sistema capitalista, na qual a alimentação está inserida dentro de um projeto político que deixa de ser apenas um elemento relacionado à nutrição dos corpos (lógica centrada nos aspectos biológicos, fisiológicos e autonômicos do corpo, que valorizam ações individuais e individualizantes do alimento e da comida, ignorando as dinâmicas inerentes à comensalidade), mas como um elemento central de sociabilidade dos sujeitos que pode ser efetivo para pensar alternativas à sociabilidade centrada na forma-dinheiro.

As pessoas se reúnem para comer ou até mesmo para produzir alimentos, e é neste ato na qual se socializam sem necessariamente perpassar pela forma-dinheiro, a exemplo dos modos de vida dos povos tradicionais indígenas, quilombolas e ribeirinhos. E quando perpassam pela forma-dinheiro (o que decerto já é uma captura realizada pela violência da 'lei do valor'), ao cozerem e comerem seus alimentos, a 'socialização da comida' é um processo que faz bem ao sujeito, ajuda na construção e na densificação dos laços sociais, sendo uma forma alternativa (e portanto, potencialmente radical) à sociabilidade restrita às 'formas' sociais capitalistas, como as formas dinheiro, trabalho, valor, Estado etc. Afinal, quando nos reunimos para comer, quem é capaz de negar uma comida para outro?

É neste sentido que, a articulação coerente e fundamentada em Marx, Engels e enriquecida com Lacan sobre o porquê de o sujeito responder aos ideais das classes dominantes e, ainda, buscar discorrer sobre alternativas para que o sujeito tenha possibilidade de alguma ação contra a opressão que lhe é imposta, parece alçar uma compreensão necessária e crítica no âmbito da alimentação e nutrição.

Nadir Lara Junior et al. (2019) explicita que para Jacques Lacan: não é possível uma sociedade perfeita, no entanto, é possível mudanças. Na teoria dos discursos, ele apresenta uma impotência de se chegar a uma verdade, porém, considera imprescindível a busca por ela (grifo nosso). Nessa lógica, a verdade é sempre parcial, por isso possível de ser substituída por outra, apontando que não pode haver uma plenitude na verdade. Por isso, Lacan busca aprofundamento teórico na lógica para explicar a consistência do paradoxo: o fato de que seja fundamental a busca por algo impossível de ser encontrado. Sendo essa busca paradoxal capaz de promover mudanças (grifo nosso). Por outro lado, caso haja um estabelecimento da plenitude da verdade, o sujeito, fica preso a uma impotência imaginária na busca de gozo, submete-se a onipotência do significante mestre do discurso capitalista contemporâneo: 'trabalhe, consuma e goze'!. (grifo nosso)

Sendo assim, 'o gozo da liberdade', que se distancia do exercício da liberdade, seria o símbolo de uma passividade que não pode ser mais que a subordinação de um indivíduo liberado no sistema no qual se aliena. Quando os indivíduos se convertem em peças do sistema, quando funcionam com o sistema e deixam de dificultar seu funcionamento, então o sistema se emancipou e funciona livremente,

sem restrições. Nesse caso, os indivíduos experimentam a emancipação do sistema como se fosse sua própria emancipação (Lara Junior, 2018).

Assim sendo, a alimentação e a nutrição, para além dos seus atributos biofísicoquímicos, na perspectiva marxista são nada mais que questões globais e locais relevantes (gerais-específicas-particulares) com foco na emancipação do que ingerimos, em especial para compreensão sobre como o modo de produção capitalista determina do que comemos.

No cenário contemporâneo, a alimentação tem alçado a centralidade dos problemas emergentes do modo de produzir (Cieza, 2020), ficando mais evidente que a alimentação é capaz de desvelar as tensões geopolíticas, as crises climáticas e socioeconômicas, a emergência de novas doenças, como no caso mais recente do coronavírus (COVID-19), e, por que não, desvelar a necessidade do ‘mais-gozar’?

A alimentação e a nutrição permitem repensar e refletir a luz de um olhar crítico: a ação humana e o modelo hegemônico de produção (capitalismo) e suas tramas simbólicas capazes de produzir uma ‘servidão forçada’ pela boca (Guerra, Carnut, 2022; Zúñiga-Olivares, 2023). Uma vez que, a ilusão de liberdade somente demonstra o caráter inconsciente da opressão e sua efetividade repressiva, caracteriza a liberdade como uma ilusão da ideologia moderna burguesa, liberal e individualista (Lara Junior, 2018). Isso possibilita os usos políticos da alimentação e da fome, como arma de extermínio e assassinato social (Engels, 2010).

Assim, o sistema necessitaria de liberdade ilusória para assegurar nosso ‘bom comportamento *compulsivo* de trabalhadores e consumidores’, que é a ‘escravidão moderna’ que tem na alimentação uma forma de busca compulsiva de algum grau de prazer dentro da alienação capitalista. Sobre este ponto, o marxismo e a psicanálise desde a perspectiva lacaniana nos ajudam a compreender por que a nossa liberdade é ‘passiva, manipulada, ilusória, somente simbólica’. A pergunta elaborada e respondida por David Pavon-Cuéllar explicita:

“Por que o ocultamento da ilusão de liberdade asseguraria esse nosso ‘bom comportamento’ na sociabilidade capitalista? Porque se nossa verdadeira liberdade aparecer, se pudermos vê-la, então não iríamos querer nem trabalhar nem consumir compulsivamente, e descobriríamos, atônitos, não somente nossa infame escravidão como trabalhadores e consumidores, nossa absoluta subordinação a exterioridade aberrante do sistema simbólico do capitalismo, como também toda a soberania que poderíamos exercer de maneira coletiva e direta, bem como nosso poder sobre o sistema.” (Lara Junior, 2018, p. 134)

Neste sentido, este artigo faz o esforço de construir um debate desde a América Latina e Caribe (ALC) para pensarmos a nossa realidade, especialmente, com o advento de movimentos de massa de base neofacista (Carnut, 2023). Colocando-se numa posição política que se atenta para o avanço do neofascismo na ALC, e que ao mesmo tempo

requer a organização coletiva para construirmos ações concretas que se oponham no campo da política, com análise crítica deste fenômeno.

Portanto, este artigo tem o objetivo de analisar a alimentação e a nutrição a partir da crítica marxista, utilizando-se do método materialista histórico-dialético para recorrer a processos históricos e sociais sobre o lugar da alimentação na sociabilidade do capital; e de maneira introdutória-ensaística busca fazer o exercício de tecer o diálogo crítico entre o fenômeno da alimentação e da nutrição desde a perspectiva marxista e a psicanálise lacaniana. O artigo organiza-se em duas partes: a primeira expõe historicamente os três regimes autoritários e os seus contornos em 85 anos de história do Brasil (1937 a 2022) e as políticas econômicas adotadas no período mencionado demonstrando que o autoritarismo é um sistema de liderança recorrente que tem implicações diretas nas questões alimentares; a segunda traz a relação entre alimentação e neofascismo no Brasil recente, dando destaque para os seus usos políticos utilizando a fome como arma de extermínio e assassinato social. Por fim, deixamos breves comentários para pensar caminhos a partir do potencial que a alimentação e a nutrição têm em arregimentar forças e produzirem ações coletivas através de sujeitos revolucionários.

Alimentação e autoritarismo no Brasil: breves apontamentos

Desde a década de 1930, o diagnóstico da fome, mapeado por Josué de Castro (Castro, 2008), denunciou que os problemas alimentares presentes na população brasileira consistem em um complexo simultâneo de manifestações biológicas, econômicas e sociais, mediado por fatores políticos, seja pela omissão do Estado ou da própria sociedade em consentir com tal situação.

Engels (2010) em seu livro “*A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*”, no capítulo as “*Grandes cidades*” escancara o potencial de destruição e extermínio da classe trabalhadora através da morte direta ou indireta por fome, explicitamente definido por ele como ‘assassinato social’:

“...a sistemática falta de alimentação provoca doenças mortais: as vítimas viam-se tão enfraquecidas que enfermidades que, em outras circunstâncias, poderiam evoluir favoravelmente, nesses casos determinam a gravidade que levou a morte. A isso chamam os operários ingleses de assassinato social e acusam nossa sociedade de praticá-lo continuamente. Estarão errados?” [...] “mas, quando dos inquéritos, raramente se encontrou um júri que tivesse a coragem de atestá-lo em público.” [...] (Engels, 2010, p. 69).

Na história dos países latino-americanos, especialmente no Brasil, o autoritarismo é um sistema de liderança recorrente, que segundo Carnut (2023) as propensões internas para este tipo de liderança facilitam a degeneração do regime político em direção a um fechamento (ditaduras) ou suspensões democráticas de corte fascista.

Os governos dos três regimes autoritários da história do Brasil recente são: o Estado-Novo de Getúlio Vargas (1937-1945), a Ditadura Militar (1964-1985) - governada por Pascoal Ranieri; Mazzilli, Humberto de Alencar Castelo Branco, Artur da Costa e Silva, Junta Militar, Emílio Garrastazu Médici, Ernesto Geisel e João Batista de Oliveira, Figueiredo, e o governo instalado após o Golpe Institucional de 2016 - liderado primeiramente por Michel Temer e em seguida, por Jair Messias Bolsonaro (Prestes, 2019).

É válido mencionar que no Brasil, a história do autoritarismo é complexa, disfarçada por uma educação que coloca uma certa “harmonia social” na trajetória política brasileira, enquanto ela é marcada por um enraizamento histórico que naturaliza estruturas autoritárias, por trás do racismo, mandonismo, coronelismo, corrupção, desigualdade social, violência, desigualdade de raça e gênero e intolerância que permanecem na estrutura sócio-histórica e estende-se político-econômica até hoje (Enzweiler & Caregnato, 2020).

E, para aclarar as confusões ideológicas que favorecem unicamente ao capitalismo: socialismo e capitalismo, ditadura, anarquismo e fascismo, torna-se necessária uma breve conceitualização do fascismo histórico a partir de Pachukanis (2020). A caracterização do fascismo, embasado nas reflexões de Evgeni Pachukanis (1981-1937) frente ao fascismo italiano, se dá por um regime resultado da decadência da fase imperialista do capitalismo, que procura uma adaptação no aumento da exploração do trabalho e no domínio de classe, representados pela conservação do direito de propriedade, e a incapacidade de a burguesia implementar medidas financeiras e administrativas de estabilização econômica.

Sendo assim, o fascismo é uma possibilidade dependente da relação de forças e luta entre as classes sociais. Pachukanis (2020) considera três forças sociais: a) a pequena burguesia, formada pela intelectualidade técnica, servidores públicos e juventude acadêmica; b) a grande burguesia ou grande capital e c) a classe operária fortemente atingida pela crise. Para o autor, o fascismo se estabelece através da exacerbação do conflito da pequena burguesia contra os operários e assim, da organização de um movimento de massa, a partir de organizações políticas de massas, sendo que nessa organização a pequena burguesia tem grande papel, quando apesar de subordinada, é uma força social ativa a favor da política do grande capital. Essas massas têm como característica básica, o reacionarismo, indo contra os ideais democráticos e princípios liberais.

No Brasil, a ditadura implementada no Estado Novo (período Vargasista), apesar de ser um regime autoritário, em que pese as controvérsias historiográficas, não é considerado um regime fascista. Este regime ditatorial ocorreu objetivando o ingresso do país no processo de ‘industrialização restringida’. Apesar de ser regido pela ‘doutrina Góis’, que tinha a proposta de que as Forças Armadas fosse um órgão essencialmente político e doutrinário, não se tratava de uma ditadura do capital financeiro, e sim a favor dos interesses na

industrialização, que vinha principalmente da burguesia brasileira, que na época eram aliadas aos representantes das oligarquias agrárias. Sendo assim, o objetivo do ‘nacionalismo varguista’ foi criar uma nação independente por meio da industrialização pesada e do intervencionismo estatal na economia (Prestes, 2019).

Já referente à Ditadura Militar, o processo ocorreu no contexto de interesse no capital financeiro internacional em conjunção dos esforços de políticos, militares e governo estadunidense, definindo uma repressão contra a classe trabalhadora, setores populares e camponeses. Com o processo de uma ‘fascitização’ até chegar no Ato institucional N° 5 (AI-5) de 13 de dezembro de 1968, em uma tentativa de proibir e coibir as lutas populares. Mesmo sob um processo o avanço das insígnias fascistas, não houve um movimento de massas ativo que apoiava a suspensão das instituições democráticas, não se vivenciado um regime fascista neste período. Os setores reacionários inibiram e negaram direitos à classe trabalhadora a favor do capital financeiro em meio a um regime autoritário concebido com uma ditadura militar (ditadura militar-civil-empresarial) (Carnut, 2023).

Para Carnut (2023) essa força pós-moderna que em essência mantêm os seus objetivos: o ‘desenvolvimento com segurança’ – “um desdobramento da interferência das potências capitalistas hegemônicas e das empresas multinacionais com vistas a garantir a estabilidade política na periferia” (p. 5), é a chave do fascismo no novo tempo, ou simplesmente ‘neofascismo’. O autor alerta para o perigo das características do neofascismo latino-americano “a fascitização sem fascismo” – a fascitização das classes sociais sem uma ditadura fascista propriamente dita, compreendida como um ‘fenômeno leve’ por não apresentarem apoios sociais às restrições democráticas contabilizadas em grandes mobilizações ou em grupos sociais expressivos ou até partidos políticos institucionalizados de grande expressão eleitoral.

Essa nova chave que revela um tipo de fascismo oculto e mascarado capaz de passar do estado de exceção para a ‘normalidade constitucional explica muito sobre o Brasil mais recente. No entanto, atribui-se ao fenômeno a ‘nova direita’ com explicações mais brandas de que esse é um movimento que já vinha se ampliando em todo o mundo, à manipulação pública por meio de notícias falsas (fake news), ao negacionismo à ciência e aos fatos, inversão histórica, atribuindo inimigos ao estado, fatores os quais, fortaleceram a fixação desse ideal político na sociedade (Pereira et al., 2021).

No Brasil após o Golpe Institucional de 2016, houve a intensificação de regimes políticos de legitimidade restrita (democracias “restritas” típicas dos países latino-americanos), que encontrou no neofascismo um cenário fecundo para a chegada do governo Bolsonaro ao poder. Com a eleição de Bolsonaro a presidência da república do Brasil, a categoria neofascismo passa a desenhar o comportamento político no governo e em suas ações, que se inscrevem dentro de uma

lógica das políticas ultraneoliberais e no quadro de uma crise capitalista sem precedentes (Mendes & Carnut, 2022).

Carnut (2022) elucida as características desse neofascismo latino-americano, como um movimento político-social de conteúdo reacionário que permite colocar a democracia, os sistemas parlamentares, as liberdades e o campo político na berlinda, com o intuito de que permaneçam intocáveis o capitalismo e a exploração burguesa. É um movimento com raízes ideológicas que, na América Latina, é dotado de um caráter autodestrutivo, tornando-se uma expressão ainda pior do que nos países de capitalismo central. No cenário político-econômico conjuntural internacional e nacional, é um movimento político originário da classe média, capaz de arrastar como aliados segmentos importantes da massa pobre marginalizada, precarizada, desinformada e sem qualquer tipo de organização política.

Perante o momento sócio-histórico e o contexto político-econômico mencionado, retoma-se que as políticas públicas, especificamente, as voltadas para alimentação e nutrição, caminham de acordo com os interesses voltados ao capital financeiro. Dessa forma, o olhar para a fome e a alimentação acompanha essa trajetória. As políticas de alimentação surgiram com a intenção de reduzir a prevalência de déficits nutricionais, objetivando o processo de trabalho capitalista, assim como, a abertura econômica, principalmente para a indústria alimentícia, que estavam alinhadas com as políticas públicas, principalmente, no período da Ditadura Militar no Brasil. Essa modalidade de intervenção estatal, cumpriu de forma articulada objetivos sociais, econômicos e ideológicos (Vasconcelos, 2005).

A coexistência da fome, da desnutrição, das carências nutricionais junto ao sobrepeso e à obesidade não é apenas uma constatação da epidemiologia nutricional infundida em documentos/relatórios de instituições internacionais e nas políticas públicas brasileiras de alimentação que buscou por vezes validar a insegurança alimentar e nutricional (IAN) e as várias fomes, como consequência da superpopulação, da escassez de alimentos, da determinação geográfica e de catástrofes naturais, no período mais recente da história brasileira. Trata-se de uma expressão concreta da lógica capitalista e de sua reprodução de desigualdades e pobreza, que tem como um dos seus instrumentos: a alimentação como mercadoria, e a fome como arma de extermínio (Guerra & Carnut, 2021).

Se o capitalismo utiliza a alimentação para reproduzir-se enquanto produto/mercadoria e não como 'alimentação adequada' para todos, não medirá esforços para o emprego de tecnologia na contraversão de uma 'poção mágica' (sal, gordura e açúcar) para a conquista de uma 'palatabilidade estéril' dos alimentos (Guerra, Bezerra, Carnut, 2020) e na subversão simbólica do consumismo como válvula de liberdade e gozo. Se esse é o caminho, não há dúvida de que ele já foi trilhado. Se o atrativo para atender aos desejos dos consumidores se reforça pelo convencimento de uma publicidade enganosa de alimentos, o capitalismo já está empenhado nessa tarefa.

Alimentação e neofascismo no Brasil recente: os usos políticos da fome como arma de extermínio e assassinato social

O cenário político na América Latina, particularmente no Brasil, enreda a negação do alimento como necessidade humana essencial à vida, assim como a negação da cultura alimentar e o desrespeito à comensalidade da população. Provoca ainda a negação da fome como problema estrutural — ou seja, a noção evidente que a burguesia ao tratar da alimentação provoca danos irreparáveis e propositais a gerações da classe trabalhadora. Forçar a população a vivenciar a fome e o consumo de comida ultraprocessada é uma ação proposital para forjar o uso político da alimentação como manobra de interesses burgueses nessa sociabilidade usada no capitalismo desde sempre.

Ao observar o nazismo como uma forma particular de fascismo que expressa, em última instância, a mais violenta forma de dominação política capitalista, a fome era um instrumento de gestão da morte das classes subalternas e de caráter eugênico. O “plano fome” implantado por Hitler era um programa no qual, além da discriminação racial, havia uma discriminação alimentar em que as populações eram subdivididas em quatro categorias ou grupos: 1) população “bem alimentada”, que tinha um papel no andamento da guerra; 2) população “insuficientemente alimentada”, cuja satisfação alimentar só atingia 1.000 calorias por dia por adulto; 3) os “famintos”, que eram pessoas que recebiam alimentação abaixo do nível de sobrevivência com o objetivo simples de que a população fosse reduzida, como era o caso dos residentes nos guetos judeus; 4) os destinados a serem “exterminados pela fome”, grupos aos quais a fome era imposta como forma de dizimá-los (Silva et al., 2018, p. 21).

O período entre guerras explicitou o paradoxo entre a produção exacerbada de alimentos e a miséria e a fome que assola até hoje uma parte significativa da população mundial (Minuzi & Pommer, 2020).

Tanto o é, que ainda em 2022, cerca de 783 milhões de pessoas enfrentaram fome no mundo, enquanto 2,4 bilhões encontram-se em situação de insegurança alimentar moderada e grave, especialmente as mulheres e crianças, e os grupos socialmente discriminados por motivos de raça, etnia, religião, casta entre outros (Fao, 2022). Ao mesmo tempo, houve o crescimento alarmante do sobrepeso e da obesidade afetando globalmente, respectivamente, mais de 1,9 bilhões de pessoas: 650 milhões de adultos, 340 milhões de adolescentes (Oms & Opas, 2022).

Dados do SOFI (Fao, 2023) “Relatório sobre o Estado de Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo” mostram que apesar de ‘ligeira melhora’ da prevalência de fome na ALC, essa ainda é uma região bastante afetada e apresenta importantes desigualdades sub-regionais (América do Sul, América Central e Caribe). O relatório mostra, ainda, que em 2022, 247,8 milhões de pessoas na região vivenciaram insegurança alimentar moderada ou grave, ou seja, foram

obrigadas a reduzir a qualidade ou a quantidade dos alimentos que consumiam, ou mesmo ficaram sem comer, passaram fome e, no caso mais extremo, passaram dias sem comer, colocando em sério risco a sua saúde.

Além disso, a região também enfrenta o desafio da má nutrição especialmente entre crianças e adolescentes, tanto a desnutrição que causa o atraso no crescimento, emaciação infantil e deficiências de vitaminas e minerais como o sobrepeso e a obesidade. A prevalência de sobrepeso em meninos e meninas menores de 5 anos era, em 2022, de 9,7% na América do Sul, 6,7% na América Central e 6,6% no Caribe. E o sobrepeso e a obesidade continuam um desafio crescente, responsáveis por aproximadamente 2,8 milhões de mortes por doenças não transmissíveis em 2021 nas Américas. Por sua vez, a desnutrição infantil prevalece na região, afetando principalmente as populações indígenas, afrodescendentes e rurais. Outro dado importante é que a América Latina e o Caribe têm o custo mais alto de uma alimentação saudável do mundo (Opas e Oms, 2023).

A fome é uma produção social do capitalismo desde seu nascedouro. E foi com a caracterização do uso político da alimentação como arma no capitalismo, como forma de controle da morte das massas e da estratificação social artificialmente produzida, que — após as atrocidades que o cenário entre I e II Guerras Mundiais produziram — a defesa da alimentação passou a ser um importante sinônimo de defesa da humanidade. Servindo assim, para a garantia de “restabelecimento de paz” sob os moldes capitalistas, a alimentação configurou-se em um direito no sistema de proteção internacional dos direitos humanos que resultou na Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948.

As primeiras análises sobre o alimento como mercadoria e a fome como forma de massacre da classe operária aparecem em Marx e Engels, em seus escritos sobre o capitalismo de seu tempo. Marx retrata o problema nos *Grundrisse* (1857-1858), versão inicial dos manuscritos econômicos da crítica da economia política que antecederam a obra *O capital*; e Engels (1845), em seu livro *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (Engels, 2010), aborda a fome e a falta de alimentos como forma de “assassinato social” da classe trabalhadora. As condições de vida apresentadas pela sociedade (naquele período histórico) ocasionavam o assassinato da classe trabalhadora e não permitiam nem mesmo uma legítima defesa — pode não parecer um assassinato, mas na realidade o é. Revestida da aparência de ‘naturalidade’, a alimentação, quando feita de maneira inadequada, é uma das principais causas de assassinato em massa (Engels, 2010).

O capitalismo tem evidente influência na alimentação humana, em especial por meio do agronegócio e da expansão da indústria alimentar. A indústria de alimentos e a rede de distribuição/comercialização, tal como vem se organizando desde o século XX e a sua intensificação no século XXI, representam ameaças concretas a situação alimentar dos países, tornando necessária, cada

vez mais, a luta por sistemas agroalimentares sustentáveis. A concentração do mercado de produção de sementes e o comércio de agrotóxicos têm impactado substancialmente o que se planta, se cria e se come, e seria impossível crer que não houve implicações na qualidade dos alimentos. A primeira implicação é que os sistemas agroalimentares são atingidos por uma lógica global de captura e homogeneização das diversidades alimentares presentes em cada cultura (Machado, Oliveira & Mendes, 2016). Bombardi (2023) relata em seu livro “Agrotóxicos e colonialismo químico” a partir do referencial teórico de Marx (em “O Capital”), a deformação física imposta ao organismo humano em decorrência da condição de vida e trabalho dos camponeses expulsos das terras altas na Escócia.

Nas décadas de 1960 e 1970, a tecnologia trazida pela chamada Revolução Verde, cujo objetivo era aumentar a produção associada ao uso de novas variedades genéticas e fortemente dependentes de insumos químicos; tinha como modelo agrícola a monocultura de alimentos, que, posteriormente, trouxe graves consequências ambientais, econômicas e sociais, tais como: redução da biodiversidade, menor resistência a pragas, êxodo rural e contaminação do solo e dos alimentos por agrotóxicos. Bombardi (2023) vai alertar para as formas atuais de violências introduzidas quimicamente pela Revolução Verde, principalmente por agrotóxicos em nível celular e molecular.

No ano de 2016, o Brasil passou pelo golpe institucional da Presidência da República. No período de 2019 a 2022, o governo de Bolsonaro refletiu suas posições essenciais: anticomunismo, negacionismo climático, questionamento dos direitos humanos, ataques contra mulheres, comunidades negras, indígenas e minorias sexuais (Calil, 2020). Deixando muito explícito o cenário mais recente do Brasil, no qual assistimos à inúmeras crises, para além da emergência sanitária, a desconstrução das políticas públicas sociais, os processos de instabilidade na garantia dos direitos sociais e de proteção social, como temos experienciado nos espetáculos de fome, desemprego e ausência de saúde, todos acirrados no contexto da pandemia da COVID-19.

Mas, tudo isso não começou somente em 2016. O Brasil, em 2011, evidenciou o declínio de seu crescimento econômico em decorrência do prolongamento da crise do capitalismo internacional e de medidas políticas internas, que revelaram o caráter efêmero das conquistas baseadas na inclusão pelo consumo e altamente dependentes do mercado externo. Tal cenário oportunizou às frações de classes poderosas e resistentes, um terreno fértil para a crise política instaurada em 2015, com o desmonte de um Estado que acreditou na burguesia industrial e nas alianças político-partidárias realizadas (Singer, 2016).

Durante a pandemia, as precárias condições de vida, incluindo a falta de acesso à água, ao saneamento básico, a fragilidade dos sistemas de saúde (tensos e sobrecarregados pela pandemia), incidiram diretamente na dimensão nutricional da alimentação – no estado de

saúde da população, sobretudo entre os mais vulneráveis, limitando a utilização biológica dos nutrientes e expondo ao risco de desenvolver a má nutrição (Ribeiro-Silva et al., 2020): a desnutrição, as carências de micronutrientes e também o sobrepeso e a obesidade pelo alto consumo de produtos ultraprocessados. Considerando as diferentes dimensões da alimentação, tanto seu componente alimentar (disponibilidade, produção, comercialização e acesso aos alimentos) como nutricional (relacionado às práticas alimentares e utilização biológica dos alimentos), observou-se que durante a pandemia essas dimensões se agravaram. O distanciamento social produzido, impôs também importantes mudanças socioculturais, redução da atividade física e alterações nos hábitos alimentares, condições que afetam diretamente a angústia e distúrbios emocionais, além do estado nutricional das pessoas.

Neste período pandêmico, no Brasil, foi identificada entre as ações do Governo Federal frente à pandemia: a criação de arranjos institucionais para o gerenciamento da crise (Alpino et al., 2020), que tiveram profundas implicações na alimentação. Estudo realizado por Gurgel et al. (2020) mostra que as medidas implementadas para assegurar a disponibilidade e o acesso físico ou financeiro aos alimentos envolveram fundamentalmente a distribuição e garantia de renda mínima. Foram instituídas: Renda Básica Emergencial (União); Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e auxílio financeiro emergencial (Estados); programas de doação emergencial de alimentos (Estados e Municípios); medidas existentes foram adaptadas frente à pandemia, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) nacional, a distribuição de alimentos e de cestas básicas. nacional, Programa Bolsa Família (PBF), Benefício de Prestação Continuada (BPC), e distribuição de alimentos por meio dos equipamentos públicos de SAN. As estratégias identificadas para garantir o acesso físico ou financeiro aos alimentos foram, especificamente, as seguintes: renda mínima, PNAE, Restaurantes Populares, cozinhas comunitárias, distribuição/doação de cestas básicas e PAA.

Embora essas estratégias sejam extremamente importantes, o estudo conclui que estas têm alcance limitado e são insuficientes para assegurar a SAN, quando o objetivo é garantir alimentação adequada e saudável para toda a população; incluindo a população em situação de rua, aqueles abaixo da linha da pobreza, boa parte da população rural, povos e comunidades tradicionais. Observou-se também uma prevalência de ações direcionadas ao consumo, sem interferir com mudanças significativas na produção de alimentos nacional ou local (Ribeiro-Silva et al., 2020).

Durante este período de pandemia, 2020 e 2021, as diversas incertezas advinham das possíveis consequências de propagação do vírus: o fechamento de comércios, escolas e a restrição de circulação de pessoas. Com essas atividades retomadas, principalmente no início do segundo semestre de 2021, verificou-se que os desmontes continuaram

na agricultura familiar, para os indígenas e povos tradicionais, mulheres negras, crianças dentre outros. Então, parece que os desafios continuam sendo permanentes, a pandemia apenas escancarou e agravou a situação já vivida; e fica claro que a garantia e a efetivação dos direitos sociais no Brasil não foram prioridade para o governo federal de Bolsonaro, com ou sem pandemia.

No governo neofascista de Bolsonaro assistimos à liberação de mais de 2.182 agrotóxicos no período de 2019 a 2022, uma média de 545 ao ano. No dia 28 de novembro de 2023, no governo de Lula, foi aprovado pelo Senado o ‘PL do Veneno’ - Projeto de Lei N° 1459/2022, que flexibiliza regras de aprovação, registro e comercialização de agrotóxicos. Entre as principais medidas e mudanças propostas, está a concentração da liberação de novos registros de agrotóxicos no Ministério da Agricultura e Pecuária, restando ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), um papel subordinado de avaliação ou homologação das avaliações. Além disso, o projeto fixa prazo para a obtenção de registros desses produtos no Brasil, com possibilidade de licenças temporárias quando não cumpridos os prazos pelos órgãos competentes, e altera a classificação explícita de produtos nocivos à saúde humana e ao meio ambiente (Agência Senado, 2023). Dados do “Atlas dos Agrotóxicos” (2023) demonstram o potencial destruir para os conflitos de terra existentes no Brasil, o impacto no corpo das mulheres e no processo de amamentação, e os grandes riscos para a saúde humana e a natureza, com contaminação das terras, da comida, da água, da biodiversidade e de todos os seres vivos.

Estamos, portanto, diante de uma ‘limpeza química’ do campo, que sobrepõem-se aos processo de violência social e ambiental que ocorrem de forma física (desmatamento, incêndios, despejos, expulsões e assassinatos) e também biológica (extermínio de povos indígenas, destruição da biodiversidade), que somado aos desenvolvimento tecnológico aplicado intensivamente ao agronegócio por meio da agricultura tecnológica e da monopolização do território, têm produzido uma ‘violência química’ que em contrapartida subordina a agricultura ao capital industrial (indústrias de agroquímicos) e ao capital financeiro (modelo de produção amplamente financiado pelo bancos) (Bombardi, 2023; Boitempo, 2023).

A reconstrução histórica deste momento neofascista que está em curso na ALC e no Brasil é de suma importância para compreendermos como a comida é utilizada como arma de extermínio e de assassinato social. A nossa aposta de real transformação não é por meio da forma Estado e nem do direito (Pachukanis, 2020). No entanto, não podemos esquecer da primeira medida (Medida Provisória MP n° 870), em 2019, do governo Bolsonaro: a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA, órgão importante para a sociedade civil (que ocupava dois terços da sua representação) e de assessoramento imediato da Presidência da República. O aumento crescente da fome no Brasil em 2021 (19 milhões) e 2022 (33,1 milhões)

(Rede Penssan, 2021, 2022), e o genocídio alimentar e nutricional sistemático dos povos indígenas que segue no Brasil com diferentes etnias (ex.: Yanomamis, Xavantes). Essa forma de aniquilar e até mesmo matar seres humanos, chega ao nível da deterioração do próprio corpo por meio da desnutrição, das hipovitaminoses e de todas doenças relacionadas à saúde alimentar e nutricional desde a formação fetal, o aleitamento materno, a alimentação infantil, mesmo durante a adolescência, a vida adulta e até o envelhecimento.

Carnut (2023) explicita que o neofascismo é produto da crise do capital e não deve ser negligenciado, mesmo por aqueles que depositam na manutenção do capitalismo neoliberalismo a saída para a crise estrutural que se arrasta desde 2007-2008. O capitalismo mundial experimenta uma profunda depressão com dificuldades para superar esta crise e é neste ponto em que o neofascismo encontra terreno fértil para germinar. Com o estágio da agudização da crise capitalista, este é um elemento que justifica a adoção da tática neofascista, como as que vimos no decurso da história brasileira.

O capitalismo também mata pela boca, é isso! E a compreensão da alimentação e da nutrição a partir dos seus usos políticos desde a perspectiva marxista é um diálogo chave para o conhecimento e a ação política.

Vimos uma pitada disso, no período pandêmico, com as experiências comunitárias e populares que tiveram importante papel na ‘participação popular da gestão das políticas públicas’, com destaque para àquelas de combate à fome e promoção da alimentação adequada. Verificou-se o desempenho comunitário extenuante no combate à COVID-19, estando na linha de frente os movimentos sociais, as associações comunitárias e grupos anônimos, as organizações não governamentais, igrejas, em especial nas favelas e nos territórios onde o poder público não chegou – por diversas vezes articulando o desenvolvimento de circuitos locais de produção e abastecimento, na tentativa de integrar campo-cidade. Entre as ações de combate estrutural à fome, que de fato buscaram rupturas com o modo de produção e comercialização de alimentos, a exemplo do que ocorreu nessa pandemia, destacam-se: a produção e a distribuição de alimentos produzidos pelos pequenos produtores da agricultura familiar, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como importante ferramenta para mitigar os impactos econômicos e sociais da pandemia causada pelo novo coronavírus, por conta da sua dinamização na economia local; o acesso a novos mercados; o aumento e a diversificação da renda, da comercialização e da garantia de venda; o acesso aos alimentos de qualidade; o incentivo ao consumo de alimentos de qualidade e melhoria na saúde (Ipea, 2020a). Além da doação de alimentos dos movimentos sociais da reforma agrária, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), com cestas básicas com diversos alimentos “de verdade”, feiras e marmitas para periferias e comunidades; a construção de novas formas de sociabilidade de comercialização e abastecimento local de alimentos,

com relação direta entre o pequeno produtor e o pequeno comerciante da periferia, sem variação de preço e com qualidade; a organização e a criação de diversas cozinhas comunitárias solidárias conduzidas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST).

Nesse contexto, uma questão que merece destaque é a padronização das dietas, os desertos alimentares, a determinação do ambiente alimentar, a expansão violenta sobre os ecossistemas e modos de vida, a normalização de produtos ultraprocessados, o controle corporativo da comercialização de alimentos e da massiva força midiática (Brand & Wissen, 2021) influenciada pela indústria cultural (Chã, 2018).

Considerações Finais

Diante disso, é necessário avançar na crítica radical ao modo de produzir alimentos nesse sistema capitalista, pois não podemos estacionar na contra-hegemonia do “consumo consciente”, na “reterritorialização do alimento”, na “culturação alimentar”, na “recivilização social do gosto” ou na ideia de “soberania alimentar” (que está por ser construída, pois neste modo de produção capitalista não a teremos). A insistência nesses discursos evita o ponto nodal que é a crítica à alimentação e a passagem para uma “alimentação crítica”. Assim, não basta (de)colonizar, é necessário (rer)radicalizar a alimentação e a nutrição construída dentro da sociabilidade capitalista.

O desejo e prática revolucionária são a busca por algo verdadeiro, efeitos de verdade da interpretação analítica, capaz de elucidar caminhos a partir do seu potencial de arregimentar força e produzir ações coletivas revolucionárias.

Lacan reconhece que é o marxismo que nos ensinou a abrir as portas do inconsciente para irmos além da simulação do real. A construirmos as possibilidades de existência social (que determina a consciência) fora da sociabilidade capitalista, de uma estrutura econômica em que o consumismo é:

“em si mesmo uma forma de neurose que nos faz comprá-lo todo para que o todo se coloque entre nós e a morte para que todo encha o vazio, para que o todo evite a impossibilidade do real, o desejo a criação do que, todavia, tem forma. Nesse sistema da necessidade simbólica, em seu vazio da impossibilidade real e em seu deserto do real, em que surge todo ser, todo algo, que é necessário sim, mas puramente simbólico ainda que aparente ser uma realidade que somente é imaginária, por sua aparência de realidade oculta a impossibilidade do real. Esse procedimento de consumo deve devorar e digerir o real para transmutá-lo no real do simbólico. O capitalismo necessita de consumidores, de classes médias, de consumidores inconscientes, para colocar esses médios capitalistas em seus produtos, em suas expectativas, e devem receber salário, ser proletários...” (Lara Junior, 2018, p. 137).

É a nossa tarefa, unir os nossos desejos e projeto político, para arregimentar forças em ações coletivas ‘comunizantes’ capazes de ser a revolta “de em contra del poder” – em um movimento da autodeterminação (o de comunizar) contra a determinação alienada que leva a reclusão de nossas vidas em coagulações, barreiras, regulamentações, fronteiras, hábitos. Fora das formas sociais que são os moldes em que se enrijecem a ação humana (Holloway, 2013).

Referencias

- Agência Senado. (2023). Senado aprova projeto que facilita registro de agrotóxicos. Brasília: Agência Senado. Consultado el 16 de enero 2024 en <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/11/28/senado-aprova-projeto-que-facilita-registro-de-agrotoxicos>
- Alpino, T. M. A.; Barros, D. C.; Freitas, C. M. (2020). COVID-19 e (in)segurança alimentar e nutricional: ações do Governo Federal brasileiro na pandemia frente aos desmontes orçamentários e institucionais. *Cadernos de Saúde Pública*, 36 (8), e00161320.
- Boitempo. (2023). Terra Arrasada. Margem esquerda, 41. Consultado el 16 de enero 2024 en <https://www.travessa.com.br/margem-esquerda-41-terra-arrasada-1-ed-2023/artigo/fe015f5f-f615-4bc5-825f-6222d74e67d4>
- Bombardi, L. M. (2023). *Agrotóxicos e colonialismo químico*. São Paulo: Elefante.
- Brand, U.; Wissen, M. (2021). *Modo de vida imperial: sobre a exploração dos seres humanos e da natureza no capitalismo global*. São Paulo: Elefante.
- Breda, T. (2021). *Bolsonaro Genocida*. São Paulo: Editora Elefante.
- Calil, G. (2020). En Brasil, un reaccionario en la primera línea de la batalla de las ideas - El astrólogo que inspira a Jair Bolsonaro. *Le Monde Diplomatique* em español. Consultado el 16 de enero 2024 en <https://mondiplo.com/el-astrologo-que-inspira-a-jair-bolsonaro>
- Carnut, L. (2020). Neofascismo como objeto de estudo: contribuições e caminhos para elucidar este fenômeno. *Semina. Ciências Sociais e Humanas (Online)*, 41 (1), 81-108.
- Carnut, L. (2022). “O que o burguês faz lamentando... o fascista faz sorrindo”: neofascismo, capital internacional, burguesia associada e o Sistema Único de Saúde. *Civitas: revista de Ciências Sociais*, 22, 1-11.
- Carnut, L. (2023). Controvérsias sobre o neofascismo na América Latina: notas sobre crise, dependência e neoliberalismo. *Anais do Colóquio Marx e o Marxismo 2023: Democracia contra capitalismo? Renovando o materialismo histórico*. Mesa

- Coordenada 21. Imperialismo, geopolítica e ascensão global da extrema-direita. Niterói: Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (NIEP-Marx). Consultado el 16 de enero 2024 en <https://niepmarx.blog.br/anais2021/>
- Carnut, L.; Mendes, A. (2022). *Economia política da saúde: uma crítica marxista contemporânea*. São Paulo: Hucitec.
- Castro, J. (2008). *Geografia da Fome*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Chã, A. M. (2018). *Agronegócio e indústria cultural: estratégias das empresas para a construção da hegemonia*. São Paulo: Expressão Popular.
- Cieza, G. (2020). Coronavirus, modo de producción agropecuario y crisis alimentaria. *Resumen Latinoamericano: La otra cara de las noticias de América y el tercer mundo*. Consultado el 16 de enero 2024 en <https://www.resumenlatinoamericano.org/2020/04/30/coronavirus-modo-de-produccion-agropecuario-y-crisis-alimentaria/>
- Cornejo, S. Q. Geografía del Hambre. *Investigaciones sociales*, 4 (5), 187 – 204.
- Daniel, J. M. P.; Cravo, V. Z. (2005). Valor social e cultural da alimentação. En A. M. Canesqui; R. W. D. Garcia (org.). *Antropologia e nutrição: um diálogo possível* (pp. 57-68). Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Engels, F. (2010). A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. São Paulo: Boitempo.
- Enzweiler, D. A.; Caregnato, L. (2020). Sobre o autoritarismo brasileiro. *Revista Brasileira de História da Educação*, 20 (1).
- Esteve, E. V. (2017). *O negócio da comida: quem controla nossa alimentação*. São Paulo: Expressão Popular.
- Food and Agriculture Organization of the United Nations – FAO. (2022) *The State of Food Security and Nutrition in the World: Repurposing food and agricultural policies to make healthy diets more affordable*. Rome: FAO. Consultado el 15 de enero 2024 en <https://www.fao.org/documents/card/es?details=cc0639en>
- Food and Agriculture Organization of the United Nations – FAO. (2023) *The State of Food Security and Nutrition in the World: Urbanization, agrifood systems transformation and healthy diets across the rural–urban continuum*. Rome: FAO. Consultado el 15 de enero 2024 en <https://www.fao.org/documents/card/en/c/cc3017en>
- Fundacao Heinrich Boll. (2023). *Atlas dos Agrotóxicos: fatos e dados do uso dessas substâncias na agricultura*. Brasil: Fundacao Heinrich Boll. Consultado el 16 de enero 2024 en

<https://br.boell.org/sites/default/files/2023-12/atlas-do-agrotoxico-2023.pdf>

- Guerra, L. D. S., Carnut, L. (2023). O capitalismo também mata pela boca: alimentação e crítica marxista. Desafios contemporâneos para a luta contra a fome. *Crítica Revolucionária*, 1, e02.
- Guerra, L. D. S.; Bezerra, A. C. D.; Carnut, L. (2020). Da fome à palatabilidade estéril: 'espessando' ou 'diluindo' o Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil?. *Saúde em Debate*, 44 (127), 1225-1239.
- Gurgel, A. do M.; Santos, C. C. S. dos.; Alves, K. P. de S.; Araujo, J. M. de.; Leal, V. S. (2020). Estratégias governamentais para a garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável no enfrentamento à pandemia de Covid-19 no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 25 (12), 4945–4956.
- Holloway, J. (2013). ¡Comunicemos! Guadalajara, Jalisco, México: Grietas Editores.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. (2020). Extinção do CONSEA. Brasília: Distrito Federal. Consultado el 16 de enero 2024 en <https://www.ipea.gov.br/participacao/destaques/161-noticias-destaques-grande/1796-extincao-do-consea>
- Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA. (2020^a). O programa de aquisição de alimentos (PAA): instrumento de dinamismo econômico, combate à pobreza e promoção da segurança alimentar e nutricional em tempos de covid-19. Brasília: Nota Técnica nº 17.
- Lara Junior, N.; Appio, A. J. (2013). A psicanálise lacaniana marxista: uma (pro)posição. *Resenha de Pavón-Cuéllar, David. A peste*, 5 (2), 129-138.
- Lara Junior, N.; Dias, B.; Dunker, C. (2019). Apresentação do Dossiê Psicanálise e Marxismo. *Teoría y Crítica de la Psicología*, 13, 1-3.
- Machado, P. P.; Oliveira, N. R. F. de; Mendes, A. (2016). “O indigesto sistema do alimento mercadoria”. *Saúde e Sociedade*, 25 (2), 505-515.
- Minuzi, G. A.; Pommer, R. (2020). A alimentação e as classes sociais: uma análise dialética: ações de pesquisa, ensino e extensão voltadas para sociedade. *Compartilhando Saberes*, 1-10.
- O Globo. (2019). ‘Passar fome no Brasil é uma grande mentira’, diz Bolsonaro. 2019. *Jornal O Globo*. Consultado el 16 de enero 2024 en <https://oglobo.globo.com/brasil/passar-fome-no-brasil-uma-grande-mentira-diz-bolsonaro-23818496>
- Organização Mundial de Saúde – OMS. Organização Pan-Americana de Saúde - OPAS. (2022). Dia Mundial da Obesidade 2022: acelerar ação para acabar com a obesidade. Consultado el 15 de enero 2024 en <https://www.paho.org/pt/noticias/4-3-2022-dia->

mundial-da-obesidade-2022-acelerar-acao-para-acabar-com-obesidade

- Organização Pan-Americana de Saúde - OPAS. Organização Mundial de Saúde – OMS. (2023). Novo relatório da ONU: 43,2 milhões de pessoas sofrem de fome na América Latina e no Caribe e a região registra níveis de sobrepeso e obesidade superiores às estimativas globais. Consultado el 15 de enero 2024 en <https://www.paho.org/pt/noticias/9-11-2023-novo-relatorio-da-onu-432-milhoes-pessoas-sofrem-fome-na-america-latina-e-no>
- Pachukanis, E. (2020). Fascismo. En: E. Pachukanis. Fascismo (pp. 57-62). São Paulo: Boitempo.
- Paschoa, J. P. P. (2009). Crise alimentar e financeira: a lógica especulativa atual do capital fictício. En: XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Buenos Aires: Asociación Latinoamericana de Sociología.
- Pavón-Cuéllar, D. (2014). Elementos políticos de marxismo lacaniano. Ciudad de México: Paradiso.
- Pavón-Cuéllar, D. (2021). Virus del Capital. Buenos Aires: La docta ignorância.
- Pereira, C. P.; Duarte, J. L. DO N.; Santos, L. DOS R. S. (2021). Capitalismo dependente, Estado e autoritarismo no Brasil. Textos & Contextos, 20 (1).
- Pompeia, C. (2021). Formação política do agronegócio. São Paulo: Elefante.
- Prestes, A. L. (2019). Três regimes autoritários na história do Brasil Republicano: O Estado Novo (1937-1945), a ditadura militar (1964-1985) e o regime atual (a partir do golpe de 2,016). Revista de História Comparada, 13.
- Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional – PENSSAN. (2021). VIGISAN: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Brasil: Penssan.
- Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional – PENSSAN. (2022). VIGISAN: II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Brasil: Penssan.
- Ribeiro-Silva, R. C.; Pereira, M.; Campello, T.; Aragão, E.; Medeiros, J. M.; Ferreira, A. J. F.; Barreto, M. L.; dos Santos, S. M. C. (2020). Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. Ciência e Saúde Coletiva, 25 (9), 3421-3430.
- Roberts, M. (2023). Polycrisis and depression in the 21st century. Consultado el 15 de enero 2024 em

<https://thenextrecession.wordpress.com/2023/01/05/polycrisis-and-depression-in-the-21st-century/>

- Scrinis, G. (2021). *Nutricionismo*. São Paulo: Elefante.
- Silva, M. R. da; Pires, G. di L.; Pereira, R. S.; Silveira, J. (2018). Os ‘cães danados do fascismo’, neoliberalismo e as questões sociais: os ‘rastros de lama’ do Estado Pós-Democrático. *Motrivivência*, 31 (57), 1-16.
- Singer, A. (2016). A. (falta de) base política para o ensaio desenvolvimentista. En: A. Singer; Loureiro, I. (pp. 21-54). *As contradições do Lulismo: a que ponto chegamos?* São Paulo: Boitempo.
- Vasconcelos, F. de A. G. de. (2005). Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. *Revista De Nutrição*, 18 (4), 439-457.
- Zúñiga-Olivares, M. A. (2023). Crisis alimentaria mundial en el capitalismo contemporáneo: Sociedad Una crítica marxista. *Revista Amauta Siglo XXI*, 14, 53-61. Consultado el 16 de enero 2024 en <https://amautarevista.wordpress.com/2023/12/05/revista-amauta-n14-noviembre-2023/?fbclid=IwAR2MrFlUXHZOOhjXdY4PgLiMAqyXm5Enqcm2nKCMqJE4JawER5-E5fJ4Q>
- Wallace, R. (2020). *Pandemia e agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência*. São Paulo: Elefante.
-

Fecha de recepción: 19 de enero de 2024

Fecha de aceptación: 3 de julio de 2024